



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2285392/2017-SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08221.000231/2017-87

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2017

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais elétricos, com objetivo de suprir as necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Eptaciolândia, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA/ QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
1	Lâmpada de LED tubular, bulbo T8, base G13, de 18 watts, fluxo luminoso 1500~1700 lm, alta eficiência, luz branco frio 6000~6500 k, tensão bivolt, de 120 centímetros. Certificado pelo INMETRO e contendo Selo PROCEL de Economia de Energia. Garantia mínima de 01 ano.	Unidade	46	152	R\$ 32,58	R\$ 4.952,16
2	Lâmpada de LED tubular, bulbo T8, base G13, de 9 watts, fluxo luminoso 900~1100 lm, luz branco frio 6000~6500 k, tensão bivolt, de 60 centímetros. Certificado pelo INMETRO e contendo Selo PROCEL de Economia de Energia. Garantia mínima de 01 ano.	Unidade	10	33	R\$ 26,89	R\$ 887,37
3	Lâmpada de LED, base E27, de 12 watts, formato A60, luz branco frio 6000~6500 k, tensão bivolt, dimensões máximas 120x60mm. Certificado pelo INMETRO e contendo Selo PROCEL de Economia de Energia. Garantia mínima de 01 ano.	Unidade	5	16	R\$ 25,10	R\$ 401,60

4	Lâmpada de LED de alta potência, base E27, de 50 watts, fluxo luminoso 4500~5500 lm, luz branco frio 6000~6500 k, tensão bivolt, dimensões máximas 256x138mm. Certificado pelo INMETRO e contendo Selo PROCEL de Economia de Energia. Garantia mínima de 01 ano.	Unidade	7	22	R\$ 171,83	R\$ 3.780,36
5	Adaptador para base de lâmpada, E40 para E27, de porcelana.	Unidade	7	22	R\$ 6,12	R\$ 134,64
6	Cabo flexível 2,5mm, de cobre encapado, tensão 750V, cor AZUL, rolo 100 metros. Certificado pelo INMETRO.	Rolo (100 metros)	2	4	R\$ 96,70	R\$ 386,80
7	Cabo flexível 2,5mm, de cobre encapado, tensão 750V, cor PRETO, rolo 100 metros. Certificado pelo INMETRO.	Rolo (100 metros)	2	4	R\$ 101,87	R\$ 407,48
TOTAL						R\$ 10.950,31

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As aquisições dos bens elencados destinam-se a suprir as necessidades e as demandas internas da unidade descentralizada da Polícia Federal no Acre, uma vez que a maioria das lâmpadas fluorescentes e reatores da **Delegacia de Polícia Federal em Epiaciolândia** estão queimados e alguns setores encontram-se totalmente desprovidos de iluminação. As lâmpadas de LED, objeto deste termo, dispensam o uso de reatores e utilizam menor tensão elétrica, o que é necessário pois a rede elétrica é antiga e não suporta tensões elevadas, havendo desligamentos. Diante disto, os itens são indispensáveis ao regular funcionamento das dependências desta unidade. As quantidades solicitadas de cada item foram estimadas para uso no período de um (01) ano, baseado no quantitativo atendido neste período.

2.2. A contratação de empresa(s) para aquisição de material elétrico por meio de Registro de Preços, tendo em vista a necessidade de contratações frequentes, e por ser mais conveniente para Administração que as aquisições ocorram de forma parcelada, para evitar a formação de grandes estoques e condições de guarda e armazenamento que ocasionem a deterioração do material.

2.3. De forma a não causar prejuízos à Administração, no que cinge o fornecimento parcelado e mensal dos bens e serviços deste termo de referência, foram determinados prazos de entrega e recebimento compatíveis com as necessidades do órgão de manter satisfatoriamente as atividades de cada unidade.

2.4. A aquisição em questão teve como base o quantitativo necessário para substituição das lâmpadas da Delegacia de Epiaciolândia por lâmpadas de LED (mais econômicas) e atenderá as demandas advindas da unidade. Essa estimativa foi feita com o intuito de quantificar a demanda, pois se tratando de ata de registro de preços, as compras serão realizadas em etapas, na medida do consumo real, mantendo assim a economicidade da administração pública. Observa-se ainda que a maioria dos produtos solicitados tem prazo de validade superior a um (01) ano, nos assegurando que se não forem totalmente utilizados neste período, poderá ser aproveitado no ano seguinte.

2.5. O procedimento licitatório em sua forma Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, através do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, justifica-se pelos seguintes motivos:

2.5.1. Enquadra-se nos incisos I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e inciso II - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, do Decreto 7.892 de 2013.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos são caracterizados como bens comuns de que trata a Lei nº. 10.520/02, o Decreto nº. 5.450/05 e o Decreto nº. 3.555/00 haja vista que os padrões de qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os prazos de entrega dos bens são de 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da Nota de Empenho, em remessa parcelada, de acordo com quantidades mínimas e máximas definidas na tabela do item 1.

4.1.1. Os itens serão entregues na Delegacia de Polícia Federal em Eptaciolândia (PF/EPA/AC), devido estes itens possuírem volume e peso elevado o que impossibilita a redistribuição deste da unidade central as demais descentralizadas.

4.1.2. O endereço para entrega dos bens estar dispostos no quadro a seguir:

ENDEREÇO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS		
DESCRIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
Delegacia de Polícia Federal em Eptaciolândia (DPF/EPA/AC)	Av. Santos Dumont, 926, Centro / CEP 69.934-000.	(68) 3546-5131 /3546-3204 /3546-4213

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou

defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio Branco - Acre, 18 de Abril de 2017.

MARCELO RODRIGUES DE ABREU FERREIRA

Agente de Polícia Federal
PF/EPA/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação

MICHELLY SANTOS DE SÁ

Agente Administrativo de Polícia Federal
SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, considerando a necessidade de dar continuidade dos serviços na unidade descentralizada de Epitaciolândia, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação aquisição dos materiais demandados, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

CHANG FAN

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLY SANTOS DE SA, Gestor Financeiro**, em 18/04/2017, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RODRIGUES DE ABREU FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 18/04/2017, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHANG FAN, Superintendente Regional**, em 19/04/2017, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2285392** e o código CRC **57F7F9F5**.